

## FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Mara Teresa Vargas Otero; Terezinha de Jesus Maia Lima; Ana Patrícia Lima Santos.

Universidade Estadual do Maranhão – [www.uema.br](http://www.uema.br)

### RESUMO

O processo de formação e constituição da identidade profissional de um educador é de desenvolvimento contínuo, frente aos desafios de cada momento histórico. A formação plena de um docente, encadeando assim a formação política da profissão, confronta-se com os indicadores educacionais negativos e com as políticas públicas de valorização da Educação. Nesse cenário, apenas a formação acadêmica não garante um profissional competente para atender às novas demandas da sociedade contemporânea, onde novos valores são atribuídos aos indivíduos. Para o exercício profissional, pressupõe-se uma formação específica, atrelada ao conhecimento advindo da prática e a constante atualização em serviço, ou seja, formação continuada, imbuída de um espírito investigativo e de pesquisa, o fazer “ciência”, formação essa pensada, planejada e voltada para a prática da sala de aula. Refletir sobre a formação e profissionalização docente, bem como as propostas dos sistemas de ensino para a formação, programas e planos do governo federal e das leis que regem a educação, as quais direcionam para o avanço da qualidade, alimenta a certeza de que não haverá qualidade na educação sem que haja uma sólida formação inicial e contínua desses profissionais.

**Palavra Chave-** Docente. Formação. Profissionalização. Qualidade.

### INTRODUÇÃO

Diante dos novos desafios da Educação, onde organismos internacionais como a UNESCO propuseram propósitos para a educação do século XXI, sendo esses propósitos expostos em um relatório com o título “*Educação: Um tesouro a Descobrir*”, organizado por Jacques Delors, sendo que as teses desse importante documento, onde fundamentam os *Quatro Pilares da Educação do Século XXI* (Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser), foram acolhidas pela comunidade educativa e serve de eixo norteador das políticas educacionais, tendo a escola como uma instituição formadora de crianças, jovens e adultos com condições de atuar e de responder positivamente a esses desafios, torna-a aliada ao que se propõe a educação: elemento facilitador do desenvolvimento humano.

A escola constitui-se como espaço privilegiado para a concretização dessa proposta de educação do futuro, porém as desigualdades sociais e econômicas não apresentam igualdade de condições físicas e nem sequer humanas para a concretização de tal proposta. Para comprovar o exposto basta verificar os dados verificados no ano de 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad),

informados pela revista EXAME, o qual apontam 1,3 milhão de adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos estão fora da escola, enquanto outros 2 milhões estão em distorção idade-série.

O enfrentamento dos problemas físicos e estruturais das escolas faz-se necessário, porém a reflexão sobre a formação e a profissionalização docente torna-se o foco principal, pois entre tantos desafios que se inserem a uma educação de qualidade, buscar princípios norteadores que auxiliem na compreensão do processo de formação e profissionalização docente, que esteja intimamente articulado ao compromisso político a que se destina a educação do século XXI, é de suma importância para a constituição dos saberes docentes, servindo como subsídio para liquidar com a inércia que, muitas vezes, se instala na profissão.

Além dos objetivos citados, o propósito maior desse estudo é fornecer referenciais e dados para a promoção de uma reflexão ampliada sobre a importância de uma formação acadêmica sólida e de contínua formação em serviço, para atender às novas demandas da sociedade contemporânea.

A formação e profissionalização docente encontra-se em um ponto paradoxal, pois ao mesmo tempo em que são necessárias novas competências e habilidades para atuar nesse novo cenário educacional, por outro lado as condições adversas encontradas são as mesmas do século passado. Sendo assim, o presente artigo visa direcionar a literatura de maneira a entender os mecanismos de valorização dos profissionais da educação, em conjunto com o compromisso sociopolítico da profissão.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica em livros, revistas, sites governamentais e leis que regem a Educação com foco na formação e profissionalização docente, partindo-se, primeiramente, da seleção das principais fontes, com leitura e análise dos referências indicados. Para Lakatos (2003) a “pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. Dessa forma, após a leitura da bibliografia, analisou-se o tema proposto, sustentando o objetivo principal do referido artigo.

## **FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE**

A sociedade atual conhecida como a sociedade do conhecimento, caminha ao lado do desenvolvimento econômico e tecnológico, com o desafio de tornar-se politicamente autossustentável, entrelaçados aos desafios da educação formadora de sujeitos com competências para atuar nesse mundo em transformações. O mundo se transforma, novas

informações circulam a todo o momento, diante disso, a escola necessita de novas atitudes frente a tantas mudanças, informações e novas tecnologias, novas configurações familiares se fazem presentes, novas teorias educacionais que se deparam com teorias antigas dentro de um mesmo espaço.

Como afirma Cortellazo

A sociedade atual se caracteriza como uma sociedade letrada, altamente industrializada, com grande desenvolvimento científico, tecnológico e informacional, globalização da economia e das finanças, reestruturação do trabalho e da produção e com diversidade cultural. Isso implica a proposição de objetivos de ensino articulados às necessidades sociais, tais como o desenvolvimento das capacidades de comunicação, cognitivas, tecno-operacionais e de comportamento social. (2007, p.33)

A escola, de modo geral, não tem apresentado estrutura para esse novo modelo de educação que a sociedade demanda, pois o desempenho dos estudantes brasileiros aferido por meio de avaliações externas do Ministério da Educação, demonstra que a aprendizagem dos alunos ainda está abaixo dos padrões adequados. Tal desempenho possui várias causas internas e externas à escola como as questões sociais, econômicas e estruturais em um país com dimensões continentais como o Brasil, sendo necessário ressaltar os processos de organização da escola e de gestão pedagógica que interferem na produção do fracasso escolar, tais como: deficiência do processo ensino-aprendizagem, carência de professores qualificados, oferta de recursos pedagógicos e bibliotecas adequadas aos processos formativos.

A diversidade de problemas físicos e estruturais só faz ampliar a distância entre o real e o ideal na educação brasileira. Mas os avanços se fazem necessários não só na questão do acesso, mas também da permanência com qualidade social, da superação do fracasso escolar por meio da melhoria da qualidade na educação em todos os níveis. Abaixo, observa-se o quadro com dados sobre a reprovação, abandono e distorção idade-série.

#### **Dados sobre reprovação, o abandono e distorção idade-série. BRASIL 2015/2016/2017.**

<b>2015</b>	<b>Reprovação</b>	<b>Abandono</b>	<b>Distorção idade-série</b>	
1º ao 5ª - EF	5,8%	1,0%	Média*	13%
6º ao 9ª - EF	11,1%	3,2%	Média	26%
1ª a 3ª - EM	11,6%	6,8%	Média	27%
<b>2016</b>	<b>Reprovação</b>	<b>Abandono</b>	<b>Distorção idade-série</b>	
1º ao 5ª - EF	5,9%	0,9%	Média	12,4%
6º ao 9ª - EF	11,4%	3,1%	Média	26,3%
1ª a 3ª - EM	12 %	6,6%	Média	28%
<b>2017</b>	<b>Reprovação</b>	<b>Abandono</b>	<b>Distorção idade-série</b>	
1º ao 5ª - EF	5,2%	0,8%	Média	12%
6º ao 9ª - EF	10,1%	2,8%	Média	25,9%
1ª a 3ª - EM	10,8%	6,1%	Média	28,2

Fonte: Censo Escolar 2015/2016/2017. INEP/MEC

\* Média do final de cada etapa.

Conforme análise dos dados acima, retirados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), verifica-se que nos últimos 03 (três) anos os indicadores educacionais, os quais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, de modo geral, não alcançaram mudanças significativas em relação a taxa de reprovação, a qual manteve-se na casa dos 5% ao final dos Anos Iniciais (AI), aumentando de 5,8% em 2015, para 5,9% em 2016, baixando para 5,2% em 2017, o que equivale à uma queda de seis décimos em relação à 2015. Ao final dos Anos Finais (AF), a queda foi de 1% entre 2015 e 2017. Já para o Ensino Médio (EM), a queda foi de oito décimos. O mesmo observa-se no eixo abandono, onde a alteração maior, mas pouco significativa, foi no EM, o qual caiu de 6,8% em 2015, para 6,2% em 2017. Quanto à defasagem idade-série, isto é, quando o aluno frequenta a escola fora da idade e nível de escolaridade recomendados, observa-se queda de 1% entre 2015 e 2017, ao final dos AI. Ao final do EF aumento de três décimos entre 2015 e 2016, e queda de quatro décimos entre 2016 e 2017. Para o EM a distorção idade-série aumentou 1% entre 2015 e 2017.

Considerando a idade de ingresso no Ensino Fundamental com 06 (seis) anos de idade e a finalização da etapa aos 14 anos, e para o Ensino Médio ingresso aos 15 (quinze) anos e finalização aos 17 anos, obtém-se indicadores acima do desejável de distorção-idade série, que refere-se ao atraso de dois anos ou mais no percurso escolar dos alunos. Considerando ainda, os indicadores de reprovação e abandono indicados no quadro acima, estes apontamentos consistem em grave problema do sistema educacional brasileiro, pois garante-se o acesso, mas não garante-se o aprendizado e continuidade com sucesso aos alunos que nele ingressam.

Quanto a estrutura educacional brasileira, ela apresenta estrutura educacional descentralizada, mas fortemente marcada pelas disparidades entre as cinco regiões que o compõe (norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste), demarcado por forte desigualdade social, que se caracteriza pela apresentação de indicadores sociais preocupantes, necessitando de políticas e gestão para a educação que considerem esse cenário na busca de alternativas e proposições efetivas.

A Constituição Federal de 1988 (CF), em seu artigo 214 declara

A lei estabelecerá o plano nacional da educação plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V- promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A partir do entendimento do artigo citado acima, verifica-se que a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, bem como o Plano Nacional de Educação (PNE), encontram-se nos planos dos pensadores e legisladores desde sua promulgação em 1988.

O referido PNE foi definido por lei, e determina metas a serem atingidas para a elevação da qualidade da Educação, com base no amplo debate e análise dos indicadores e panorama educacional, por meio de Conferências Municipais, Intermunicipais, Estaduais e Nacional de Educação. Os pensadores e críticos empenharam-se em avaliar todos os pontos de relevância para se alcançar um padrão de qualidade com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir de parâmetros internacionais calculados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A tão sonhada e almejada qualidade na educação passa por 20 (vinte) metas a serem alcançadas até 2024, tendo destaque no plano as metas direcionadas aos profissionais do magistério, sendo que 30% dele dedica-se à melhoria das condições de trabalho e carreira desses profissionais.

Os indicadores e leis educacionais estão expostos. As mazelas da sociedade estão de fato dentro da instituição escolar e, sem que se tenha consciência da importância da formação sólida não dar-se-á sequer um passo adiante para atingir patamares aceitáveis de qualidade educativa e, ainda, sem que haja estratégias de formação inicial e continuada dos professores, mais distante estará a escola da sua real função: oferecer Educação de qualidade para todos.

Nesse sentido o Ministério da Educação (MEC) tem lançado vários programas como o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), Programa Novo Mais Educação, e programas de graduação e pós-graduação pela plataforma Paulo Freire, entre outros, para dar assistência às escolas e aos professores interessados em melhorar a qualidade do ensino, da aprendizagem e de sua formação.

Assim, faz-se necessário e imprescindível realizar a reflexão sobre as necessidades reais e atuais da educação e, mais importante ainda, a reflexão sobre a condição de ser professor e, em decorrência, analisar as possibilidades de rever a profissão e a própria prática docente. Não existe criticidade se não houver reflexão, por isso cada educador deve entender aonde se quer chegar, para quem se quer ensinar, quais as dificuldades da profissão, para que realmente se conheça como *profissional* da Educação. (Freire, 1996).

Demo (2007, p. 87) afirma que “a questão dos professores é complexa, incluindo dois planos mais relevantes: valorização profissional e competência técnica. O problema é de qualidade formal e política.” Seguindo esse pensamento pode-se afirmar que a qualidade formal está longe de se tornar adequada, tendo em vista que ainda são aceitáveis em alguns estados e municípios brasileiros como requisito para o ingresso no magistério, a formação de nível médio, na modalidade normal, e outra, a baixa qualidade dos cursos de licenciatura. De acordo com uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas, feita a pedido da Fundação Victor Civita<sup>1</sup>, onde houve a análise dos currículos dos cursos de Pedagogia constatou-se que dos 1.562 cursos analisados (7% do total do país) apenas 28% das disciplinas do currículo tratam sobre “o que” e “como ensinar” e, ainda, a palavra escola é citada em 8% das ementas das disciplinas, mostrando que essas universidades encontram-se em desacordo com as necessidades reais da escola.

A qualidade política é entendida em dois níveis: o da atuação em sala de aula, entendendo seu trabalho como ato político, e ainda, após o entendimento do seu trabalho, ser responsável pela construção da cidadania, e entender-se como cidadão. Cidadão no sentido genérico da palavra. Como ser cidadão quando, muitas vezes não são garantidos os direitos mínimos da profissão que exerce?

Destaca-se, neste sentido, de acordo com o PNE, a previsão para implantação e implementação dos planos de cargo, carreira e remuneração do magistério em todos os sistemas de ensino do país, a melhoria dos salários do magistério, por meio da referência do da lei do piso salarial nacional, bem como incentivo para a formação inicial e continuada de todos os professores da educação básica.

A formação acadêmica do professor é requisito importante na sua qualificação para o exercício do magistério, no intuito de reunir competência técnica para a função, mas somente ela não basta para a construção dos saberes docentes. O processo de constituição da identidade docente está atrelado à formação inicial, ao desenvolvimento pessoal, coletivo e permanente, ou seja, o indivíduo detentor da formação docente, frente aos novos desafios da educação, e entendendo a educação como prática social, e sua prática como ato político, necessita de constante formação e reflexão da sua prática pedagógica para, inicialmente, aperfeiçoar os conhecimentos já adquiridos e em decorrência desse processo, construir novos conhecimentos, habilidades e atitudes que sejam condizentes com o novo cenário educacional.

Sobre a formação de professores reflexivos escreve Pimenta (2005, p.30):

---

<sup>1</sup> Dados retirados da Revista Nova Escola- outubro de 2008.

As investigações sobre o professor reflexivo, ao colocarem os nexos entre formação e profissão como constituintes dos saberes específicos da docência, valorizam o trabalho do professor como sujeitos das transformações que se fazem necessárias na escola e na sociedade. O que sugere o tratamento indissociado entre formação, condições de trabalho, salário, jornada, gestão, currículo.

A LDB, nos artigos 61 a 67 tratam dos profissionais da educação, estabelecendo finalidades, metas, níveis, valorização dos profissionais e fundamentos para a formação do professor da educação básica e superior, bem como pré-requisitos para o ingresso no magistério. De acordo com tais artigos, os professores da educação básica devem obter sua formação por meio de cursos superiores de licenciatura plena, porém o artigo 61 da lei supracitada, em uma nova redação dada pela lei 12.014, de 2009, ficou assim expresso através da redação de alguns termos novos e/ou inclusão de outros:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Ao analisar o artigo observa-se o reforço da formação em nível superior aos professores com o PNE, na meta 15, onde prevê a garantia de que *todos* os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, na área do conhecimento em que atuam.

Indo mais além na reflexão, pode-se afirmar que a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental são decisivos para o sucesso escolar dos alunos, por isso o professor desses anos deve ser um exímio conhecedor das teorias de aprendizagem, bem como os processos e metodologias mais avançados para alcançar os objetivos propostos. Trata-se, portanto, de professor com papel estratégico para tal função, por isso a visão de formação acadêmica de nível superior supõe que tais profissionais precisam adquirir as competências da pesquisa e da ciência, no sentido de não somente produzir ciência, mas construir metodologias e estratégias do fazer pedagógico em sala de aula, sempre buscar novas alternativas para os problemas e situações inesperadas do cotidiano escolar, sendo assim, considerar habilitado um professor (a) que tenha apenas o nível médio, na modalidade normal, como propõe a LDB, não há garantias de sucesso nestes níveis de ensino.

Tendo a formação inicial do professor caráter acadêmico, a pesquisa assume função didática, devendo ser entendida com caráter de pesquisa de campo, ou seja, ela precisa propiciar aos futuros profissionais (ou para os que já atuam na docência), a interação com a realidade

educacional, desenvolvendo novas habilidades e um olhar mais amplo da prática, além de contribuir para o confronto entre teoria e prática, concebendo uma nova teoria educacional.

Como afirma Cortelazzo, Romanowski e Ribeiro (2007, apud Cortelazzo e Romanowski, 2008, p.19),

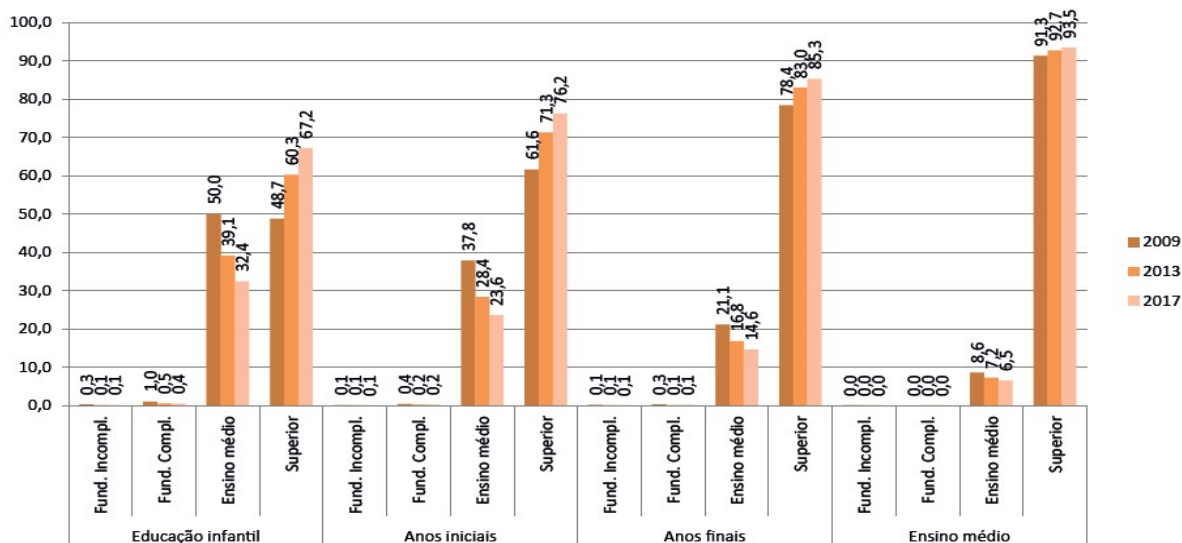
A dimensão da Pesquisa e Prática Profissional na formação de professores compreende dois eixos de abordagem: a iniciação do professor pesquisador e a aproximação com a prática profissional do docente em instituições educativas, escolas e outras, para identificar e compreender os problemas existentes bem como as práticas realizadas pelos professores em seu trabalho.

Cabe salientar que além da LDB, que define as diretrizes e fundamentos da Educação nacional, entre as quais a pesquisa na formação de professores, a valorização da prática na formação inicial, também estão expressas na Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, conforme segue:

definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam. (CNE/MEC, 2015)

Para melhor ilustrar a formação dos professores no Brasil, a imagem abaixo apresenta os dados dos docentes da educação básica por etapas de ensino.

### Escolaridade e Formação dos Professores da Educação Básica segundo a Etapa de Ensino – Brasil – 2009/2013/2017



Fonte: INEP/MEC - Perfil do professor da educação básica / Maria Regina Viveiros de Carvalho



De acordo com os dados obtidos pelo INEP, os professores que ainda necessitam completar a formação mínima para exercer a docência na educação básica são aqueles que concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio, mas não têm a habilitação para o exercício do magistério. São os denominados “professores leigos” e formam um contingente pequeno, estando concentrados na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A formação em nível superior é a mais frequente em todas as etapas de ensino, conforme aponta a imagem do gráfico acima. Esses percentuais estão crescendo ao longo dos anos, estando em conformidade com a LDB e com a Meta 15 do PNE, ao estabelecerem, com a exceção descrita para o nível médio, na modalidade normal, e assegurar formação em nível superior aos profissionais do magistério da Educação Básica.

As políticas educacionais estão procurando reestruturar o currículo das universidades para buscar um equilíbrio entre as novas exigências dos profissionais da educação, buscando articular teoria-prática-teoria, para assim, fazer com que os alunos dos cursos entrem em contato contínuo com a realidade das escolas.

De acordo com Romanowski (2006), a prática diária do professor está atrelada ao objeto conhecimento e sua ligação com o sujeito e nesse processo diário de enfrentamento das práticas, os saberes da prática profissional são construídos, juntamente com os saberes dos cursos de formação. Sendo assim, “[...] os saberes docentes compõem-se de saberes da experiência, saberes pedagógicos e específicos” (Romanowski, 2006).

Com base na posição da autora, o professor alia as experiências vividas em sala, os saberes pedagógicos adquiridos na formação acadêmica e em estudos complementares, juntamente com os saberes específicos de sua área de atuação, constituindo assim, saberes singulares, porque cada um constrói o seu conhecimento a partir de experiências, interações e estudos realizados ao longo da profissão.

Pimenta (2005) afirma a importância da reelaboração constante dos saberes que se constrói na prática, onde o professor confronta suas experiências nos contextos escolares, com a constante formação nas instituições onde atuam.

Salientar a importância da formação continuada é pertinente, mas os educadores relatam as dificuldades encontradas nas escolas para a realização da formação continuada, as quais incluem a dificuldade e disponibilidade do professor nos horários programados, falta de verbas para realizar seminários com palestrantes requisitados, falta de profissional capacitado para realizar os encontros e, o mais importante, a disposição do professor em querer buscar o novo e fazer diferente.

Buscar alternativas para os impasses apurados são de caráter fundamental para que os profissionais sintam a necessidade de aprimoramento profissional e mais, tenham uma formação sólida e necessária para atender às constantes mudanças educacionais.

## CONCLUSÃO

Percebendo a importância do resultado esperado, o sucesso escolar, frente aos desafios da educação, a qualificação do docente constitui um dos principais pilares de sustentação das políticas educacionais. Em uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, a formação inicial deve estar articulada com a formação continuada, pois os conhecimentos específicos de cada licenciatura estão intimamente ligados à prática e à reflexão-ação-reflexão do docente, ou seja, saber e ensino devem estar articulados à pesquisa e ao fazer científico.

Os sistemas devem organizar a formação inicial e continuada, pensada e refletida na prática pedagógica, respaldados nos pensadores e teóricos da educação, alicerça a escola em um trabalho crítico e de enfrentamento da realidade.

O objeto central das reflexões foi compreender o estado da formação e profissionalização docente frente aos novos desafios da educação do século XXI e aos desafios estruturais, sociais e humanos encontrados no ambiente escolar, percebendo a formação continuada como parte do trabalho do educador. E para isso não basta melhoria de salários, é preciso a tomada de consciência de cada um, de que realmente a formação continuada bem planejada e executada, promove melhorias não somente na prática em sala de aula, como também na sua própria formação como indivíduo.

Constatou-se, ainda, que não basta ter competência teórica para exercer a função da docência, precisa sim, articular os conhecimentos adquiridos na formação e aliá-los a prática pensada, planejada e reconstruída. Cada dia na rotina de um educador é único e por isso deve ser repensado e planejado, seja com a constante pesquisa ou na forma de formação continuada no seu ambiente de trabalho.

O novo PNE continua dando destaque para a formação e qualificação docente, tanto que  $\frac{1}{4}$  dele refere-se aos profissionais da educação, diante disso, cada professor precisa ser consciente de seu importante papel na melhoria da qualidade de ensino. Se por um lado as políticas públicas tem dado retorno com um olhar diferenciado sobre o tema, por outro as escolas devem se organizar e apresentar soluções e viabilidade para tal questão, tendo em vista que a prática docente em condições adversas apresenta resultados pouco promissores, pois os

dados apresentados revelam que a aprendizagem e o sucesso escolar dos alunos estão aquém do esperado.

É necessário entender o multiculturalismo e a complexidade de relações dentro do mesmo espaço educativo e nesse emaranhado de significações o professor precisa estar profissionalmente preparado e consciente da função social da escola. Fazer-se entender para “que” e para “quem” é o trabalho educativo.

Outro fator relevante na formação e profissionalização docente, diz respeito à formação inicial do professor. A LDB 9394/96 afirma que um dos requisitos de acesso ao magistério poderá acontecer através de formação de nível médio, quando vários estudiosos e até mesmo através da análise de dados estatísticos apontam para o fracasso nesse modelo educacional.

As estratégias para melhorar a qualidade dos cursos de formação, a carreira e a prática profissional já existem. Assim, pode-se afirmar que os caminhos estão lançados, mas é preciso ir além. É preciso aproximar, interagir e estabelecer programas de cooperação entre as escolas e as instituições formadoras, de maneira que tanto os professores das escolas, os alunos dos cursos e os professores orientadores atuem de forma articulada, buscando soluções na pesquisa e no fazer “ciência”.

Quanto à formação continuada, diante das dificuldades citadas, é necessário pensar e propor ações sistemáticas para o desenvolvimento pessoal e profissional, como a realização de diagnóstico para saber as reais necessidades de formação dos professores e, principalmente a gestão da escola tem um trabalho considerável na motivação desses profissionais quanto à necessidade de formação contínua em todas as etapas da carreira.

Ao finalizar o presente artigo considerou-se o tema “Formação e Profissionalização Docente” relevante para a construção da identidade docente. Identidade esta firmada nos saberes pedagógicos e nos sentimentos políticos da profissão, porém há a consciência de que as questões sobre o tema não foram totalmente abordadas e os pontos tratados foram apenas indicativos sobre as reflexões feitas a partir dele, haja vista que o presente tema é amplo e frente a abordagem realizada poderá ser ampliado a compreensão da temática.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 11 de Jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. LDB 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado, Biênio 2017 – 2018. Disponível em:

<dahttp://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\_de\_diretrizes\_e\_bases\_1e d.pdf>. Acesso em 11 de Jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP. **Perfil do Professor da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/publicacoes>. Acesso em 11 de Jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192.> Acesso em 11 de Jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. Observatório do PNE. **Plano Nacional de Educação 2014 – 2024**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf.> Acesso em 13 de Jul. de 2018

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulin; **Pesquisa e Prática Profissional - Projeto da Escola**; Curitiba: IBPEX, 2007.

\_\_\_\_\_, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulin; **Pesquisa e Prática Profissional- Relação escola comunidade**. Curitiba: IBPEX; 2008.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 14ª Ed. Petrópolis; RJ: Vozes; 2007.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

EXAME, Revista Eletrônica. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/apenas-68-dos-jovens-de-15-a-17-anos-estao-no-ensino-medio-diz-ibge/>. Acesso em 11 de Jul. de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GURGEL, Thais. **Formação inicial: a origem do sucesso (e do fracasso) escolar**. Publicado em NOVA ESCOLA Edição 216, 01 de Outubro 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENGARDO, Bárbara, SOUZA, Hamilton Octavio de, MERLINO, Tatiana. Educação é o maior entrave do desenvolvimento brasileiro, entrevista com Moacir Gadotti. **Construir Notícias**; Revista Pedagógica, Recife, PE, ano 09, n.54, p. 11 -19, setembro / outubro. 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente**. 2. Ed.; Curitiba: IBPEX; 2006.